

# O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL: O CASO DE PORTUGAL

DESARROLLO SOSTENIBLE Y SOSTENIBILIDAD MUNICIPIO: EL CASO DE  
PORTUGAL

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND MUNICIPAL SUSTAINABILITY: THE  
CASE OF PORTUGAL

Ana Cláudia Pais da Silva<sup>1</sup>; Maria de Fátima Travassos Conde<sup>2</sup>; Clara Margarida Pisco Viseu<sup>2</sup>.

1. Universidade da Extremadura - UEX
2. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra | Instituto Politécnico de Coimbra – ISCAC | IPC

## **PALAVRAS-CHAVE**

Municípios Portugueses, ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade.

## ***PALABRAS CLAVE***

*Municipios portugueses, ODS, Objetivos de Desarrollo Sostenible, Sostenibilidad.*

## **KEY WORDS**

*Portuguese Municipalities, SDGs, Sustainable Development Goals, Sustainability*

## **RESUMO**

Em 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) e definiram a Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS apareceram como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. Promover a sustentabilidade deve ser um objetivo de todas as entidades, públicas e privadas. A meta principal é a criação de um conjunto de objetivos que conduzam os governos, empresas e sociedades civis para um mundo mais sustentável e inclusivo. Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação dos ODS nos Municípios Portugueses, e as dificuldades que estes podem sentir, principalmente, em altura de pandemia. A metodologia utilizada neste estudo é quantitativa, de natureza descritiva e o método de recolha de dados foi o questionário, sendo este enviado aos 308 Municípios de Portugal, tendo-se obtido um total de 52 respostas. Tendo em conta o número de respostas, percebeu-se que ainda é dado pouco relevo ao assunto e, de acordo com os resultados analisados, verificou-se que ainda existe um caminho longo para a implementação dos ODS nos Municípios.

## **RESUMEN**

*En 2015, los líderes mundiales se reunieron en la sede de las Naciones Unidas (ONU) y definieron la Agenda 2030, que consta de 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Los ODS surgieron como un llamado universal para proteger el planeta y garantizar que todas las personas tengan dignidad. Promover la sostenibilidad debe ser un objetivo de todas las entidades, públicas y*

privadas. El objetivo principal es crear un conjunto de metas que conduzcan a gobiernos, empresas y sociedades civiles hacia un mundo más sostenible e inclusivo. Este trabajo tiene como objetivo analizar la implementación de los ODS en los municipios portugueses y las dificultades que pueden experimentar, especialmente durante una pandemia. La metodología utilizada en este estudio es cuantitativa, de carácter descriptivo y el método de recogida de datos fue el cuestionario, que se envió a los 308 municipios de Portugal, con un total de 52 respuestas. Teniendo en cuenta el número de respuestas, se percibió que aún se le da poca importancia al tema y, de acuerdo con los resultados analizados, se constató que aún queda un largo camino por recorrer para la implementación de los ODS en los Municipios.

## ABSTRACT

*In 2015, world leaders met at the United Nations (UN) headquarters and defined the 2030 Agenda, consisting of 17 Sustainable Development Goals (SDGs). The SDGs appeared as a universal call to protect the planet and ensure that all people have dignity. Promoting sustainability must be an objective of all entities, public and private. The main goal is to create a set of goals that lead governments, companies and civil societies towards a more sustainable and inclusive world. This work aims to analyze the implementation of the SDGs in Portuguese Municipalities, and the difficulties they may experience, especially during a pandemic. The methodology used in this study is quantitative, descriptive in nature and the data collection method was the questionnaire, which was sent to the 308 municipalities in Portugal, with a total of 52 responses. Taking into account the number of responses, it was noticed that little importance is still given to the subject and, according to the results analyzed, it was found that there is still a long way to go for the implementation of the SDGs in the Municipalities.*

## 1 INTRODUÇÃO

O termo Sustentabilidade, de acordo com o trabalho de Bonfiglioli (2012), remete-se para o ano de 1713, quando Hanns Carl Von Carlowitz (1645 - 1714), referiu na sua obra e pela primeira vez na história, Sustentabilidade, ainda que fosse apenas aplicado às florestas. Bonfiglioli, (2012), cita também Grober (2007), onde refere que a noção de Sustentabilidade é uma derivação semântica de termos advindos do alemão (*nachhaltigkeit*), do inglês (*sustained yeld*) e do francês (*produit soutenu*), cuja coesão de significado é o resultado do aparecimento, de maneira concomitante nesses três países (Alemanha, Inglaterra e França) e das ciências florestais, na segunda metade do século XVII.

Por volta de 1760, em Inglaterra, a Revolução Industrial, que tinha como forte carisma o desenvolvimento das máquinas a vapor em substituição das ferramentas e a substituição da produção artesanal pelo sistema fabril, levaram à exploração de recursos naturais em escala exponencial. A poluição das fábricas era sinónimo de vitória e prosperidade, de crescimento económico e social. A população mudou-se para as cidades em busca de trabalho industrial. Cada vez mais os recursos ambientais eram invadidos sem qualquer preocupação ou consciência das consequências futuras.

Passou assim a haver uma invasão nunca antes vista à natureza e aos recursos naturais,

provocada pelo excesso de poluição produzida pelas indústrias fabris, pelo domínio da produção elétrica e pelo aparecimento de motores poluentes. Conseguia-se fabricar muito mais com custos económicos bem mais reduzidos, aumentando assim o lucro das fábricas.

Durante cerca de 250 anos a Sustentabilidade não passou de uma variação do termo rendimento sustentado, onde apenas se tentava arranjar técnicas de produção, principalmente da floresta, de forma sustentada, mas deixando de lado a vertente humana e ambiental. Esta exploração exagerada do setor primário, nomeadamente da floresta, passa a por em risco o meio ambiente e consequentemente, o setor económico e financeiro.

Em 1962, Carson, escreveu o livro intitulado “Silent Spring”, (Carson, 1962), que colocou em discussão o tema do bem estar e a saúde da natureza, eliminando a ideia de que a natureza aguentaria todo e qualquer transtorno que o ser humano fizesse. Em 1968, foi fundado o Clube de Roma, onde começa a nascer a preocupação ambiental, social e económica. É a partir desse momento que o ser humano começa a questionar sobre o futuro dos recursos ambientais e sobre a capacidade do planeta se manter saudável.

Já em 1997, Elkington, defendia que o mundo devia começar a procurar um equilíbrio entre os elementos das três dimensões, que compõem a perspetiva do Triple Bottom Line, ou seja, deveriam ter em consideração o impacto que a atividade da empresa tem nas três dimensões - social, económica e ambiental.

Deste modo, as questões da Responsabilidade Social (RS) foram ganhando um significativo espaço de debate e reflexão no meio académico, no ambiente empresarial, e nas organizações governativas, o que é evidenciado pelo número crescente de publicações sobre este assunto (Lopatta et al., 2012). Foram vários os acontecimentos e as organizações que, ao longo de décadas, contribuíram para alertar a comunidade para a importância da sustentabilidade. Moallemi et al. (2019) referem que a Agenda 2030 é um forte sinal de interesse global na coesão ambiental, social e económica, uma união conjunta dos serviços tanto governamentais, como não governamentais, em prol das estratégias de mudança que, de acordo com os autores, devem ser baseadas numa estratégia de inclusão das empresas, cidades e comunidades locais

Assim, a RS resulta da evolução da inteligência da raça humana, passando do individualismo para uma visão holística, na qual o ser humano deve ser responsável e maduro para cuidar das próprias ações, ou seja, deve enfrentar e resolver as consequências do estilo de vida. Segundo Conde (2015), o desenvolvimento económico sem um compromisso com os aspetos sociais, económicos e ambientais torna-se num desenvolvimento desumano, causando exclusão social e impactos negativos na geração atual, e nas futuras.

É de salientar que, se até 2019, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 eram promissores, mas no ano de 2020 verificamos a fragilidade tanto dos ODS, como do próprio ser humano, em face de fenómenos não previstos pela raça humana.

Nos últimos anos o mundo viveu um momento atípico, a pandemia provocada pela COVID-19 assolou o mundo. Leal Filho, W., Brandli, L. L., Lange Salvia, A., Rayman-Bacchus, L., & Platje, J. (2020), escrevem sobre o impacto da COVID-19 nos ODS, alertando para o facto desta pandemia colocar em risco a implementação dos ODS, que deveriam ser alcançados até 2030. Naidoo and Fisher (2020, p. 198) referem que “a COVID-19 está a mostrar que os ODS, conforme concebidos atualmente, não são resilientes a transtornos globais”.

Tendo em consideração estes, e outros, acontecimentos, cada vez mais, as entidades públicas devem promover e exercer comportamentos responsáveis, que demonstrem a preocupação existente por todas as questões relacionadas com a definição de ações socialmente responsáveis, que respondam às necessidades dos *stakeholders* e principalmente, dos cidadãos da sua comunidade. O Desenvolvimento Sustentável Local é um passo imprescindível para se atingir o Desenvolvimento Sustentável Global. O principal objetivo de um Município não é ser economicamente eficiente, mas principalmente, no contexto atual, promover o bem-estar da sociedade, pretende-se, neste trabalho, analisar algumas práticas de RSE desenvolvidas nos Municípios portugueses. Neste sentido, foi desenvolvido e aplicado um questionário, enviado a todos os Municípios portugueses. Sabendo que em Portugal existe pouca investigação sobre a forma como os ODS estão a ser executados nos diversos Municípios, este trabalho pretende contribuir para a literatura nacional nesta área, fornecendo dados relevantes sobre o valor dado pelos Municípios à implementação dos ODS, divulgando quais as ações mais desenvolvidas, e em que Municípios. Como se depreende, os resultados desta investigação são importantes, tanto a nível académico, permitindo ser uma base para futuros trabalhos, como a nível social, motivando os responsáveis públicos a terem comportamentos mais responsáveis.

## 2 SUSTENTABILIDADE LOCAL

Segundo Lefebvre (2001) a produção industrial transformou as noções referentes à capacidade social de agir, de criar algo novo, de dominar a natureza material. Esta transformação com o decorrer das décadas levou à utilização exagerada dos recursos naturais, colocando o mundo numa situação preocupante de insustentabilidade.

Esta preocupação, fundamentada, conduziu ao desenvolvimento do ser humano e da sua própria consciência, atualmente, a sustentabilidade já não tem apenas uma conotação ambiental, mas também, social e económica. Há vários processos burocráticos para motivar o desenvolvimento sustentável, contudo, serão suficientes ou será necessária uma mudança de valores e comportamentos no próprio ser humano? Existem organizações bastante envolvidas nestes processos, porém, a organização com maior peso, é sem dúvida, a ONU, que entre outras iniciativas, em 2015, desenvolveu a Agenda 2030 onde são definidos objetivos, metas e indicadores no sentido de unir o mundo, na expectativa de se atingir a sustentabilidade na sua plenitude.

Todavia, para se atingir a sustentabilidade na globalidade, é preciso começar regionalmente. Por isso, Sodiq et al. (2019), defendem que as campanhas de sustentabilidade deveriam ter impacto nas cidades devido à grande população e devido à gestão das cidades futuras de forma sustentável, o que iria mudar a economia para economia circular, criando círculos internos de produção de energia, materiais, emissão de carbono, resíduos sólidos e energia renovável. No final, as futuras cidades teriam a capacidade de controlar a emissão de carbono para a natureza, criar ciclos de água, criar formas de energia renovável, recuperar e reutilizar os próprios recursos, o que seria mais importante do que a condição atual de sustentabilidade que coloca muita ênfase na reciclagem. Também, Macke et al. (2019), identificaram um fator primordial para as cidades se tornarem sustentáveis. Este fator, consiste na ênfase nos serviços e instalações públicas, naquilo a que se refere às estruturas tangíveis para promover uma vida boa, habitabilidade e inclusão social. Estas estruturas são as que estão relacionadas a aspetos culturais e instalações desportivas, espaços verdes e públicos, transportes públicos e às condições dos edifícios e das ruas e a todas as estruturas apoiadas pelo governo. Daqui se depreende que o fator mais representativo para uma cidade sustentável está diretamente relacionado com o apoio do governo e dos Municípios. Neste contexto, os autores entendem que as cidades de países em desenvolvimento têm os serviços e instalações públicas como um dos problemas mais desafiadores, assim como a falta de capacidade institucional das cidades para gerirem o fenómeno do crescimento da população. Construir cidades sustentáveis requer intervenções a nível do desenvolvimento do capital humano e da economia do conhecimento, assim como da proteção do ambiente (Sodiq et al. 2019).

Já, em 2013, Pauzuoliene and Mauriciene (p. 148), defendiam que o principal objetivo das instituições públicas é a satisfação dos interesses públicos e que a “*responsabilidade social deve ser vista como uma forma de conduzir negócios que possibilitem a criação e distribuição de riqueza para o aperfeiçoamento dos seus stakeholders por meio da implementação e integração de sistemas éticos*

*e práticas de gestão sustentável*”. Os interesses públicos são realizados através da prestação de serviços por parte das instituições públicas e por esse motivo, é essencial a qualidade desse mesmo serviço, uma vez que é a forma direta de satisfação das necessidades. Para melhorar o serviço público, de acordo com Pauzuoliene and Mauriciene (2013), deveriam ser realizadas pesquisas aos munícipes para perceber o nível de satisfação, na tentativa de aperfeiçoamento dos serviços. A publicidade e a transparência são duas das principais prioridades da responsabilidade social das instituições públicas, portanto, as instituições devem divulgar informações sobre as questões-chave relacionadas à responsabilidade social e responsabilidade ambiental, indicando o impacto das atividades da instituição sobre a sociedade e sobre o meio ambiente.

Em Portugal, a descentralização tem sido um elemento importante da reforma do governo passando o poder para os Municípios. No entanto, esta descentralização ainda é infrutífera, uma vez que as medidas utilizadas pelo governo local apenas refletem as circunstâncias financeiras e são equiparadas de forma igual, sem diferenciarem o grau de variação entre os Municípios (Devas and Delay, 2006).

Apesar desta descentralização ainda ser um processo em curso, os municípios não foram deixados à deriva neste projeto de sustentabilidade mundial, são várias as medidas e apoios da UE para a implementação da sustentabilidade nos municípios. Caldas et al. (2018) elaboraram uma análise sobre a influência que os programas de investimento da UE tiveram na implementação da sustentabilidade nos 308 Municípios Portugueses no período de 2000 a 2014, fase em que houve dois apoios financeiros de ajuda. Concluíram que os concelhos que foram considerados sustentáveis são mais eficientes devido aos níveis sólidos de governação, eficácia governamental, desenvolvimento económico e social e/ou sustentabilidade financeira. No entanto, os concelhos não são mais produtivos do que os concelhos que não foram considerados sustentáveis. Ou seja, não se verificou, para nenhum dos apoios da UE, nenhum impacto significativo nos investimentos, independentemente de alguns concelhos apresentarem níveis mais altos ou mais baixos de sustentabilidade. Foi confirmada a importância dos programas da UE no ajuste estrutural da economia portuguesa e a continuidade das políticas de coesão parecem imperativas para garantir o desenvolvimento sustentável. Por último, verificaram que tanto a eficiência quanto a produtividade são mais elevadas no primeiro programa (2000-2006) do que no segundo (2007-2013) — tanto para concelhos sustentáveis quanto não sustentáveis.

Dois anos depois, Caldas et al. (2020), apresentam um novo modelo de avaliação denominado, Índice de Sustentabilidade do Município, que tem como base a combinação do desempenho

financeiro municipal, com a sustentabilidade e governação da comunidade. Para os autores este novo modelo, iria “medir o que é importante” no governo local, porque consideram que a ampla gama de indicadores e métodos que estão a ser usados atualmente para avaliar o governo local, tratam apenas parcialmente do problema mais amplo do desempenho municipal, ou seja, o desempenho financeiro / económico. Os autores apresentam este modelo, na expectativa de conseguir medir os níveis de sustentabilidade em cada município, não só a nível económico, mas também social e ambiental, colocando assim o problema da comparação, ou seja, sendo Portugal, um país com Municípios tão diferentes, fará sentido comparar ou será possível fazê-lo através deste modelo? Caldas et al. (2020), não conseguem responder a esta questão porque não foi possível incorporar os dados de todos os 308 municípios portugueses no modelo. No entanto, fica como exemplo este modelo que talvez fosse interessante desenvolver, com o apoio e participação mais ativa dos municípios nesta temática.

Podemos compreender que estas comparações poderão apoiar os municípios que estejam em situações menos favoráveis a serem ajudados pelos municípios com uma situação mais favorável. Esta comparação poderá motivar os municípios a tentarem chegar mais longe. Ou pode instalar-se apenas uma frustração e um fosso ainda maior entre municípios perante esta dificuldade em adaptar-se à suposta nova realidade. Fazer análises e estudos a municípios parece ser um trabalho infortúnio, conforme conclui Caldas et al. (2020).

As diferenças entre municípios no tempo e principalmente no espaço, foram referidas por Oliveira et al. (2020). Estes autores referem que existe um agravamento das desigualdades do país, e uma preocupação em relação às estratégias e caminhos para o desenvolvimento da sustentabilidade. O facto de Portugal ser um país pequeno e principalmente rural, provoca uma diversidade considerável em termos geográficos, culturais e até mesmo nas características da atividade económica. Oliveira et al. (2020), também realizaram um estudo aos municípios onde expõem as desigualdades dentro do país, de forma clara, colocando em causa o ODS 10 – Reduzir as Desigualdades. Revelam ainda neste estudo que existe uma distribuição desigual dos profissionais de saúde, nas áreas rurais existe uma diminuição dos profissionais de saúde e nas áreas urbanas, um aumento, o que origina o agravamento dos serviços de saúde fora das grandes áreas urbanas. Esses resultados mostram que Portugal não cumpre os requisitos do ODS 3 – Saúde de Qualidade. Em relação ao ODS 4 – Educação de Qualidade, verificaram uma redução no número de alunos matriculados, o que está de acordo com a diminuição de nascimentos, no caso da educação básica, mas também podem ser consequência da crise financeira. Referem que os desastres ambientais provocados pelos incêndios que quase todos os anos têm afetado o país, colocam em causa os ODS

1 – Erradicar a Pobreza, ODS 2 – Erradicar a Fome, ODS 3 – Saúde de Qualidade, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 - Mudanças climáticas e ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre. Consideram que as consequências complexas provocadas pelos incêndios afetam o caminho para desenvolvimento sustentável, e embora este flagelo tenha vários fatores alheios à “mão humana”, não está a ser tratado com a seriedade devida pelos governos locais e centrais. Relativamente ao ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, o aumento do consumo de gás natural *per capita* tem sido uma tendência contínua há vários anos, desviando assim as metas de cumprimento deste objetivo. Este crescente consumo de gás natural, não coloca só em causa o ODS 7- Energias Renováveis e Acessíveis, mas também o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentável, uma vez que Portugal não produz petróleo, carvão nem gás natural! Em conclusão Oliveira et al. (2020) referem que, de acordo com os resultados analisados a nível local, atualmente as condições gerais de vida em Portugal estão mais difíceis do que em 2009, durante o período da crise financeira, revelando um agravamento das desigualdades. Dizem que as estratégias do governo e as políticas locais e regionais, devem expressar, aumentar, e fortalecer essa diversidade de cada espaço e, o mais importante, não devem, nem podem ser a causa das desigualdades.

Também em Portugal, foi efetuado um estudo durante três anos (2018-2020), elaborado por Galli et al. (2020), em colaboração com Universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e autoridades locais, com o objetivo de conhecer a capacidade local de enfrentar desafios ambientais complexos e em última análise, de orientar novos programas de políticas para o desenvolvimento sustentável de cada município e influenciar as políticas de coesão territorial em todo o país. Este estudo foi elaborado em seis cidades portuguesas, tinha como referencial o projeto da Pegada Ecológica, e sugere perceções de políticas para a gestão dos principais setores de consumo local para atingir as metas do Desenvolvimento Sustentável da ONU. As conclusões vão no sentido que já referimos, ou seja, à medida que a população global aumenta e migra cada vez mais para as cidades, a governação da cidade precisa abordar a sustentabilidade de uma perspetiva local. O planeamento e o desenvolvimento urbano requerem rastreamento quantitativo adequado aos limites das capacidades dos ecossistemas para gerir a crescente procura de recursos urbanos. No caso, as regiões dependem do meio ambiente e dos ecossistemas circundantes para sustentar a vida, saúde, segurança e coesão social e não têm alternativa a não ser criar novas oportunidades económicas (verdes e circulares) que garantam o funcionamento de uma cidade a longo prazo e meios de subsistência de qualidade para seus cidadãos. Neste estudo, foi feito o alerta para que os gestores municipais compreendam a alta pressão que os residentes das cidades e vilas colocam sobre os recursos naturais, em termos de Pegada

Ecológica absoluta e relativa, assim como os padrões de consumo insustentáveis. Sendo urgente promover as mudanças comportamentais necessárias para transpor e implementar com sucesso vários ODS nos municípios e para tornar as cidades mais resilientes. Neste sentido, os autores referem que deve ser promovida uma discussão sobre como transpor a Agenda 2030 para o nível dos Municípios e identificar quais são as prioridades e os desafios que as políticas locais devem considerar. Defendem ainda que esta questão é de particular importância em Portugal, onde os debates públicos sobre estas questões ainda se encontram numa fase inicial. Estes debates e esta sensibilização devem levar a políticas de alavancagem de curto, médio e longo prazo, reforçando as mudanças comportamentais, trabalhando em conjunto com a população local, empresas públicas e privadas e outras organizações para diminuir a pressão sobre os recursos naturais.

A nível de divulgação da informação não financeira e sabendo que os relatórios de sustentabilidade são o último processo administrativo da sustentabilidade, temos que, de acordo com um estudo elaborado por Lima (2019) intitulado, “O Relatório de Sustentabilidade dos Municípios Portugueses”, a maioria dos municípios diz que fornece anualmente informações de sustentabilidade, que as questões mais relevantes nas informações divulgadas são as relacionadas com os aspetos sociais e económicos, bem como, dizem adotar práticas de gestão sustentáveis, conforme divulgado nos relatórios de sustentabilidade, que enfatizam conceitos como por exemplo, qualidade, eficiência e eficácia e que utilizam mecanismos contabilísticos e financeiros.

Pelas pesquisas efetuadas, verificamos que há pouca informação sobre a sustentabilidade nos municípios portugueses. Existem alguns artigos sobre a sustentabilidade no setor público central, no entanto, no local, ainda existe um longo caminho pela frente. Neste caminho, os ODS terão um papel fundamental.

### 3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os ODS definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta. São 17 objetivos, 169 metas e 230 indicadores globais que o mundo deve atingir até 2030.

Estes ODS, adotados pela quase totalidade dos países do mundo, no contexto das Nações

Unidas, são (Figura 1):

**Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: Figura oficial dos ODS da Agenda 2030 ([Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\) - BCSD Portugal](#))

### 3.1 Análise aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os objetivos são muito promissores, no entanto, alvo de alguma controvérsia, Nilsson et al. (2016), concluem que os objetivos dependem uns dos outros - mas que ninguém especificou exatamente como. Referem que os objetivos estão interligados e por vezes para atingir um, agridem outro, portanto, não podem os países ignorar as sobreposições e simplesmente começarem a implementar um por um, porque correm o risco de obter resultados perversos. Dão o exemplo da Ásia, que ao usar carvão para melhorar o acesso à energia (ODS 7), aceleram as mudanças climáticas e acidificam os oceanos (minando os objetivos 13 e 14), bem como agravam outros problemas, como danos à saúde causados pelo ar - poluição (interrompendo a meta 3). Nilsson et al. (2016) continuam com o exemplo da África Austral, em que expõem que bastava cumprir com alguns objetivos para se tornarem um país um pouco melhor, no caso, os esforços educacionais para meninas (ODS 4) melhorariam a saúde materna e contribuiriam para erradicação da pobreza (ODS 1), a igualdade de género (ODS 5) e o crescimento económico (ODS 8) local.

Os referidos autores, não concordam, que as necessidades são iguais no mundo todo, e acusam a falta de “coerência política” como um dos alvos do possível fracasso destes objetivos. Defendem a necessidade de conhecimento empírico atualizado, por parte dos políticos, sobre como os objetivos e intervenções de um setor podem afetar, o outro, positiva ou negativamente. Os países devem interpretar os ODS de acordo com as suas circunstâncias e níveis nacionais de desenvolvimento. As diferenças na geografia, no governo e na tecnologia torna perigoso e inoportuno a generalização dos ODS (Nilsson et al., 2016).

Ainda antes da implementação dos ODS, num artigo de opinião, Horton (2014), fez uma análise

minuciosa a cada um dos ODS referindo que os países deviam unir-se em prol de uma ajuda equilibrada. As decisões não deveriam estar exclusivamente dependentes da receita, ignorando a pluralidade de influências que diferenciam as reais oportunidades das pessoas. Esta “*pluralidade de influências incluem vastas ameaças ecológicas que enfrentamos, entre elas, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, acidificação dos oceanos e poluição química e atmosférica*” (Horton, 2014, p. 2196). Os valores, as vontades, os objetivos de cada ser humano, terão sempre um peso grande nas atitudes e políticas de cada país, assim como, a resiliência, a capacidade de adaptação, a capacidade de recuperar, de reconstituir e de reconstruir, varia de local para local.

Já Madeley (2015, p. 32), coloca em dúvida os resultados das estatísticas lançadas pela ONU, contrapondo a realidade imposta por estes, referindo que a ONU chamou os ODS de “*O anti-pobreza de maior sucesso na história*”. O ODS nº 1 tem por meta, reduzir para metade o número de pessoas que vivem na pobreza. A ONU estima que o número de pessoas que vivem com menos de US \$ 1,25 por dia tenha sido reduzido de 1,9 bilhão em 1990 para 836 milhões em 2015. De acordo com Madeley (2015), isso parece impressionante, mas as estatísticas não passam de estimativas e como tal, podemos estimar tudo o que quisermos. E as estatísticas sobre a fome parecem contradizer as da pobreza. O autor continua, e refere que, de acordo com a *ONU e a Food and Agriculture Organization of the United Nations*, 852 milhões de pessoas no mundo, estavam subnutridas entre 2000 e 2002 e o estado de insegurança alimentar mundial em 2015, caiu para 795 milhões. Madeley (2015), escreve ainda que, de facto isto revela progresso, mas ainda muito longe do esperado - reduzir pela metade -, e que globalmente os objetivos não são bem o sucesso que a ONU afirma.

Estes objetivos tiveram por base e como principal função, traçar a linha de orientação para o desenvolvimento de países e populações globais mais pobres, e pretendiam promover o Estado de Direito a nível nacional e internacional, responsabilizando as instituições de forma ascendente e descendente, através de uma maior participação, liberdade e capacidade em todos os níveis. Gupta and Vegelin (2016), referem ainda que a articulação desses objetivos concentra-se muito no que os países desenvolvidos devem fazer para ajudar os países em desenvolvimento e recordam a importância do papel da comunidade académica e das ONGs no sentido de monitorar esse compromisso de colaboração. O risco desta abordagem relacional ser infeliz, só pode ser evitado definindo as regras das interações participativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Stafford-Smith et al. (2017), defendem a ideia que cabe a cada nação implementar os ODS com a atenção adequada às circunstâncias locais e sugerem sete categorias como forma de implementação dos ODS, no tempo e no espaço, sendo adaptados localmente. Sendo, as sete categorias - finanças,

tecnologia, capacitação, coerência de políticas, parcerias, monitorização de dados e prestação de contas. Tendo todas as nações a possibilidade de realizar os seus próprios caminhos, na opinião dos autores, ajudaria a garantir que a implementação fosse coordenada e forneceria uma hipótese muito maior de sucesso nas ambições elevadas e vitais da agenda pós-2015.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Sendo os Municípios o poder político mais próximo da população e tendo em consideração os exemplos que enunciamos em cima, relativamente às medidas que já são tomadas pelas Autarquias Locais no resto do mundo, pareceu-nos importante perceber que medidas são tomadas neste âmbito no nosso país.

Neste contexto e assumindo que Portugal é dividido por 18 distritos no Continente e 2 Regiões Autónomas (Açores e Madeira), constituída por 308 concelhos, 278 no continente, 11 na Madeira e 19 nos Açores, apresentamos de seguida o objetivo do estudo, a metodologia e os resultados obtidos.

### **4.1 Objetivo do Estudo**

O objetivo principal deste trabalho é analisar a sensibilidade, os conhecimentos e principalmente as medidas tomadas pelos Municípios no que se refere aos ODS. Também se pretende verificar se os Municípios têm acesso mais facilitado no cumprimento dos ODS, e no caso de os terem, se os fazem cumprir, ou se as políticas municipais se sobrepõem aos ODS.

Assim, foram enviados questionários a todos os Municípios Portugueses sobre as metas dos ODS elaboradas pela ONU. Os objetivos foram também separados por temas, nomeadamente, Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias (Figura 2) e, neste sentido, irá apresentar-se o estudo de acordo com estes grupos.

Figura 2 - Organização Temática dos ODS



Fonte: Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ([14966Portugal\(Portuguese\)2.pdf \(un.org\)](#))

## 4.2 Metodologia

A metodologia utilizada, neste estudo, é quantitativa e descritiva uma vez que são descritas as características do fenómeno em estudo, envolvendo uma técnica de recolha de dados estruturada, o questionário. Assim, foi aplicado um inquérito por questionário, permitindo auscultar um certo número de Municípios face ao tema da sustentabilidade. O questionário é composto por 68 questões, contendo 5 questões abertas e 63 questões fechadas. Este questionário estrutura-se em 2 secções distintas, a primeira secção destina-se à identificação dos Municípios e a segunda secção às questões relacionadas com cada ODS.

Foi construído no *Google Forms* e enviado aos 308 Municípios Portugueses em 3 de dezembro de 2020 e tendo em conta a fase pandémica, foi reencaminhado em 07 de janeiro de 2021. As respostas foram recebidas entre dezembro de 2020 e março de 2021.

Quanto à natureza da investigação pode classificar-se em aplicada pois tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidos à solução de problemas específicos.

Relativamente às técnicas estatísticas de análise de dados, e tendo em conta a dimensão da amostra, utilizaram-se técnicas da estatística descritiva univariada e bivariada.

Do universo dos 308 Municípios, obtivemos uma amostra de 52 respostas, correspondendo a uma taxa de resposta de 16,88%.

Questionados os Municípios sobre a estimativa de habitantes nos seus concelhos no mês em dezembro de 2020, obtivemos uma estimativa de 1.420.468 de habitantes, correspondendo a uma média de 13,81% (Número de habitantes em Portugal 10.286.300).

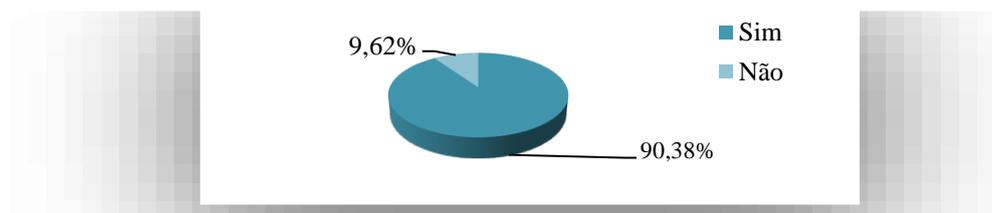
### 4.3 Resultados obtidos

Os resultados obtidos no inquérito por questionário, foram analisados de forma univariada e bivariada

#### 4.3.1 Análise Univariada

Os ODS foram instituídos pela ONU como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. A meta principal é a criação de um conjunto de objetivos que conduzam os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Neste trabalho, percebemos que 90,38% dos Municípios da nossa amostra diz ter conhecimento dos ODS (Figura 3),

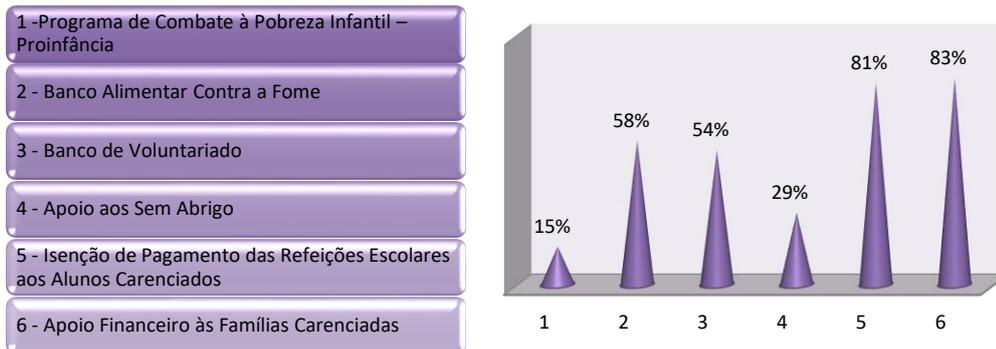
**Figura 3 – Distribuição dos municípios segundo o conhecimento sobre os ODS**



Fonte: Elaboração própria

Iniciámos o inquérito com o tema das Pessoas, com o ODS 1 – erradicação da pobreza. Assim, tentamos compreender qual o nível de pobreza e quais as medidas implementadas pelos Municípios na tentativa de cumprir este objetivo, que pela sua sensibilidade se torna de uma importância extrema, tal como o ODS 2 – erradicar a fome.

Todos os Municípios que responderam ao inquérito consideram ter medidas adotadas para erradicar a pobreza. De entre as opções que apresentamos como medidas de combate à pobreza, obtivemos que 83% dos Municípios apoia financeiramente as famílias carenciadas e 81% isenta o pagamento das refeições escolares aos alunos carenciados. Pouco mais de metade dos Municípios considera ter ajuda alimentar pelo Banco Alimentar Contra a Fome, conforme verificamos na Figura 4.

**Figura 4 - Medidas aplicadas para erradicação da pobreza nos concelhos**

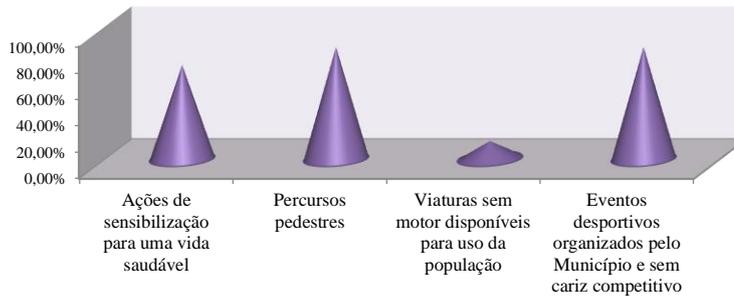
Fonte: Elaboração própria

Ainda no contexto do ODS 1, e sabendo que uma das metas é erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente avaliada como o número de pessoas que vivem com cerca de 1 euro por dia, questionámos os Municípios sobre o conhecimento que teriam nos seus concelhos sobre esta pobreza extrema. Os resultados obtidos não deixam de ser preocupantes, no sentido em que, quase metade, 44,23%, não tem conhecimento da realidade do concelho. Dos restantes, 51,92%, admite que uma percentagem entre 0 e 20% da população viverá com menos de 1 euro por dia.

Sobre o desperdício alimentar e a sensibilização de cada Município sobre esta realidade (ODS 2), questionámos sobre a realização de campanhas ou formações para aproveitamento de bens alimentares, nomeadamente em restaurantes, cafés ou supermercados. Obtivemos uns impressionantes 86,5% de Municípios que não têm qualquer sensibilização nesta área.

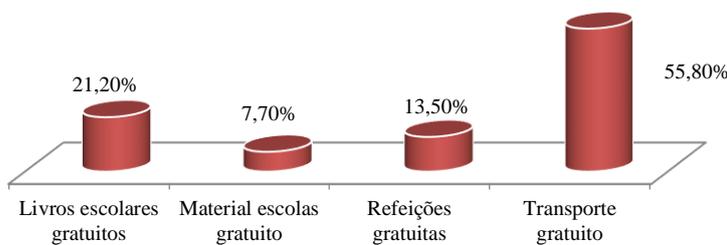
A existência de hospitais ou centros de saúde nos concelhos foi uma das metas escolhidas por nós sobre o ODS 3 – Saúde de qualidade. Verificámos que todos os Municípios da amostra têm hospital ou centro de saúde nos concelhos, contudo 71,2% não tem acesso às várias especialidades de medicina na rede pública de saúde sem sair do concelho, os restantes 28,8% têm este acesso.

Sobre outra meta importante neste ODS, que são as medidas que cada Município toma no sentido de assegurar a vida saudável e o bem-estar da população, todos os Municípios da amostra mostraram ter esta preocupação. A Figura 5 evidencia esta situação.

**Figura 5 – Medidas para assegurar a vida saudável e bem-estar da população**

Fonte: Elaboração própria

Sobre o ODS 4 – Educação de qualidade, e questionados sobre se os Municípios dispõem de mecanismos que permitam a todos os estudantes do ensino obrigatório ter acesso à educação, na Figura 6, verificamos que 50 Municípios dizem que sim, 2 dizem que não.

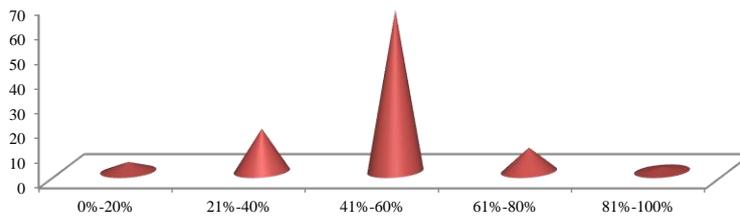
**Figura 6 - Mecanismos adotados de acesso à educação**

Fonte: Elaboração própria

A estimativa apresentada pelos Municípios sobre a taxa de alfabetismo nos concelhos leva-nos a concluir que praticamente toda a população sabe, no mínimo, ler e escrever.

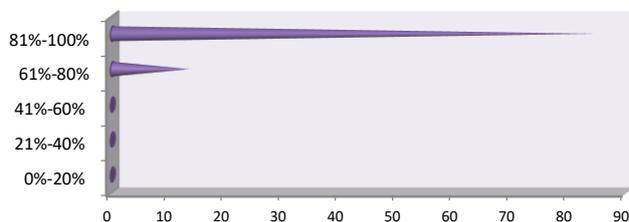
A igualdade de género - ODS 5, foi questionado aos Municípios se efetuam campanhas de estímulo à denúncia de violência doméstica, 11,5% dos Municípios não efetua nenhuma campanha, e 88,5% realiza campanhas.

A estimativa de mulheres que trabalham no quadro efetivo dos Municípios da amostra está refletida no Figura 7, onde verificamos que metade dos quadros do Municípios é composto por mulheres:

**Figura 7 - Estimativa de mulheres que trabalham no quadro do Município**

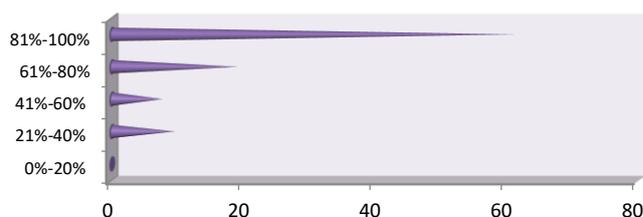
Fonte: Elaboração própria

O ODS 6 – Água potável e saneamento, questionámos sobre a estimativa de população do Concelho com acesso a água potável, obtivemos que 84,6% dos concelhos fornecem os serviços de abastecimento de água a mais de 81% da população (Figura 8):

**Figura 8 – Acesso a água potável**

Fonte: Elaboração própria

Sobre o acesso à rede pública de saneamento, obtivemos que 61,5% dos concelhos considera ter rede em mais de 81% do concelho, no entanto, 9,6% dos Municípios considera que a rede pública de saneamento abrange apenas entre 21% a 40% do concelho (Figura 9):

**Figura 9 – Acesso à rede de saneamento**

Fonte: Elaboração própria

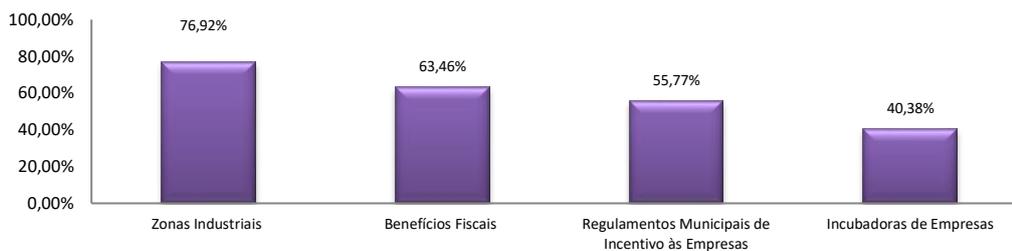
Entramos agora no tema da Prosperidade, com o ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis. Iniciámos por questionar a existência de energia sustentável no abastecimento dos edifícios públicos, 30,8% diz que sim e 69,2% diz que não.

Sobre a iluminação pública, 36,5% dos concelhos da amostra é abastecida por energia sustentável e os restantes não.

Pelos dados recolhidos obtivemos que a média do valor anual pago, em 2019, em energia elétrica, incluindo todos os contratos em nome das Câmaras Municipais da amostra é de 855.050,35 euros.

Dentro das metas do ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico, questionámos sobre a existência de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, a criação de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivo à formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusivamente através do acesso aos serviços financeiros. 3,8% Municípios responderam que não têm políticas neste sentido e os restantes 96,2%, responderam que sim. Aos Municípios que responderam positivamente, foram colocadas opções sobre as medidas que apresentam para este ODS, assim, obtivemos as seguintes respostas (Figura 10):

**Figura 10 – Formas de apoio às atividades produtivas**



Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, e questionados os Municípios sobre o fornecimento de internet gratuita no concelho, 86,5% diz que dá acesso gratuito a uma percentagem entre 0 e 20% de todo o concelho, 21,15% refere que dá acesso a uma percentagem do concelho entre 21 e 40% e 15,38% não dá acesso a internet gratuita. As percentagens completas constam na Tabela 1.

**Tabela 1 – Acesso gratuito à Internet**

Intervalo (%) do Concelho Abrangida pela Internet Gratuita	Estimativa dos Municípios
0%-20%	53,84%
21%-40%	21,15%
41%-60%	3,84%
61%-80%	1,92%
81%-100%	3,84%
Não se aplica	15,38%

Fonte: Elaboração própria

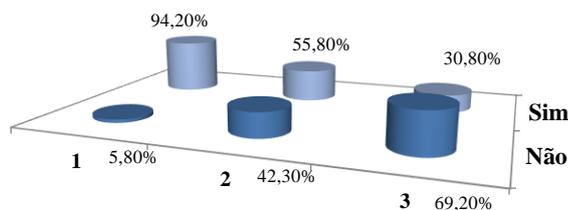
Também sobre as metas deste ODS, questionamos se existiu por parte do Município no último ano, apoio financeiro, tecnológico ou técnico, aos países africanos, ou aos países menos desenvolvidos, ou aos países em desenvolvimento, ou aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. 88,5% não apoiou e 11,5% apoiou.

Relativamente ao ODS 10 – Reduzir as desigualdades, foram colocadas 3 questões:

1 - O Município tem algum trabalhador com deficiência? 94,20% dos Municípios responde que sim e os restantes respondem que não.

2 - O Município tem trabalhadores das várias raças? Nesta questão, obtivemos que 55,80% dos Municípios diz que tem e os restantes 42,30 diz que não.

3 - O Município tem trabalhadores das várias etnias? Na última questão, 69,20% dos Municípios responde que não tem funcionários das várias etnias e os restantes 30,80, responde que tem. Os resultados estão refletidos no Figura 11:

**Figura 11 – Reduzir as desigualdades**

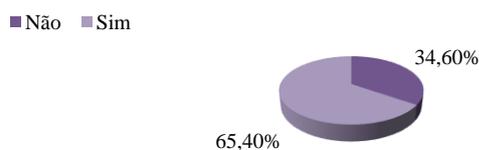
Fonte: Elaboração própria

Sobre a igualdade no tratamento no atendimento público, quisemos saber se existia algum regulamento que fundamentasse e prevenisse essa situação. 71,2% dos Município não tem essa situação regulamentada, os outros 28,8% têm.

O ODS 11 – Cidades e comunidades dá o mote para o início do tema Planeta e dentro das metas, começamos por perguntar se consideravam que existe proteção policial ativa nos seus concelhos, quase a totalidade diz que sim, (98,1%).

Sobre a existência de transportes públicos em todo o concelho, temos os resultados no Figura 12.

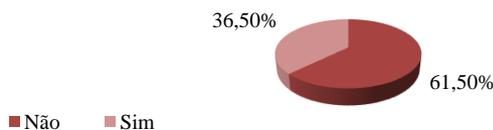
**Figura 12 – Transportes públicos em todo o Concelho**



Fonte: Elaboração própria

Questionado sobre se medem a qualidade do ar mais do que uma vez por ano, obtivemos a seguinte distribuição (Figura 13):

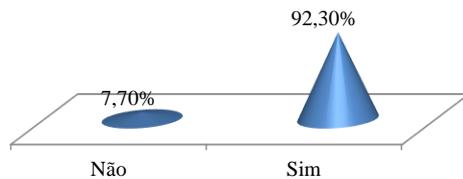
**Figura 13 – Medição da qualidade do ar**



Fonte: Elaboração própria

No ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis e de acordo com as metas, questionamos se promoviam campanhas que desaconselhassem o uso de plástico, verificamos que 25% dos Municípios ainda não o fazem e 75% fazem. Todos os Municípios incentivam à reciclagem, nomeadamente, colocando ecopontos acessíveis a toda a população. Sobre o reaproveitamento de roupas e brinquedos através de campanhas, apenas 59,6% dos Municípios promove esta iniciativa, 40,4% não.

Já no ODS 13 – Ação climática, questionados sobre a implementação de campanhas de sensibilização para a redução do uso de energia e água, bem como dos cuidados a ter com o planeta, a maioria diz que sim (Figura 14).

**Figura 14 – Campanhas sensibilização cuidados com o planeta**

Fonte: Elaboração própria

Em caso de catástrofes naturais, 84,6% dos Municípios diz ter procedimentos aprovado para adotar, 15,4% diz que não.

No ODS 14 – Proteger a vida marinha, fizemos as seguintes questões:

1- O Município implementa medidas de conservação e uso sustentável dos oceanos, mares, rios e recursos marítimos para o desenvolvimento sustentável, mantendo-os limpos? 67,30% responde que implementa e os restantes 30,80%, responde que não.

2 - Considera que existe por parte da população, o cuidado adequado com a manutenção da limpeza dos rios e oceanos, não os poluindo? Nesta questão, um Município não respondeu, 50% dos Municípios considera que não e os restantes 48,10% considera que sim.

3 – O Município tem conhecimento se existe sobrepesca ou pesca ilegal nos rios ou oceanos do concelho? A maioria, 78,80% não tem conhecimento.

Os resultados constam na Tabela 2.

**Tabela 2 – Proteção à vida marítima**

	1	2	3
<b>Não</b>	30,80%	50,00%	78,80%
<b>Sim</b>	67,30%	48,10%	21,20%

Fonte: Elaboração própria

No ODS 15 – Proteger a vida terrestre, questionamos se os Municípios fazem a gestão sustentável de todos os tipos de florestas, nomeadamente, a deflorestação e a restauração de florestas degradadas, 59,60% diz que sim e 40,40% diz que não. E se os Municípios impõem medidas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e proteger e evitar a extinção das espécies ameaçadas, a maioria, 69,20%, considera que sim e os restantes 30,80% considera que não.

O tema da Paz engloba apenas o ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes. Neste tema perguntamos sobre a existência de algum tipo de assessoria jurídica gratuita para organizações sociais e pessoas com fracos rendimentos, 44,23% diz que não tem assessoria, e 55,77% diz que tem. Sobre a existência de eventos públicos e gratuitos que fomentem a Paz, 40,38% não realiza eventos, 59,62% realiza.

Finalizamos o inquérito com o último tema, Parcerias, com o ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos:

1 – Considera que existe parceria entre os concelhos para apoiar causas de desenvolvimento social? Nesta questão, a maioria, 84,60% considera que sim, 15,40% considera que não.

2 – O Município colabora com alguma associação intermunicipal de desenvolvimento sustentável? 63,50% dos Municípios da amostra colaboram em alguma associação, 36,50% não colaboram. Os resultados constam na Tabela 3.

**Tabela 3 - Parcerias**

	1	2
Não	15,40%	36,50%
Sim	84,60%	63,50%

Fonte: Elaboração própria

Para terminar o questionário, quisemos saber se os Municípios apresentavam o Relatório de Sustentabilidade. Da amostra, 23,10% apresenta, e sendo que os restantes 76,90% não apresenta. E questionados sobre caso não cumprissem com os ODS, estariam disponíveis para fazer as adaptações necessárias, 98,08% diz que sim e 1,92% diz que não.

Salientamos a Câmara Municipal de Évora pela alteração da iluminação pública para a tecnologia LED e regulação dos níveis de iluminação em função da hora e do uso das vias públicas, à semelhança do que já está implementado em Barcelona (que é uma *Smart Cítie*). Pelo reaproveitamento da água proveniente das nascentes que são encaminhadas pelo Aqueduto da Água da Prata para rega de espaços verdes e das hortas urbanas, onde se começa a perceber a tentativa de económica circular. E por fim, ainda relativamente à Câmara Municipal de Évora, enaltecemos a integração na rede internacional “Mayors for Peace” (tal como todos os Municípios Portugueses que verificamos que fazem parte desta rede), bem como os eventos de promoção de Paz que desenvolvem, nomeadamente, o “100 Aniversário do Armistício – Évora pela Paz”, a exposição “Defender a Paz contra as Armas Nucleares”, e a integração na Associação Internacional das Cidades Educadoras que tem também como tema central a construção da Paz.

Tendo em consideração a atual situação de pandemia, e todos os constrangimentos que daí resultaram, ressaltamos os Municípios de Braga e Loulé que fornecem internet gratuita a mais de 80% dos concelhos, o que se deve ter revelado uma mais valia nesta fase e, também, o será no futuro.

#### 4.3.2 Análise Bivariada

Na expectativa de compreender se os Concelhos com fontes de energia sustentável utilizam esta fonte nos edifícios municipais, calculamos o coeficiente de Cramer como forma de medir a associação entre estas duas variáveis qualitativas nominais, no entanto, o valor foi de 0,160, o que sugere uma muita fraca relação entre as variáveis. O que significa que os Municípios com fontes de energia sustentável, não utilizam esta energia nos edifícios municipais.

Ainda na expectativa de compreender se utilizariam essas fontes de energias, desta vez, na iluminação pública, foi calculado o mesmo coeficiente, tendo-se obtido o valor 0,327 e, portanto, uma fraca relação entre estas variáveis. O que significa que esta energia também não é utilizada na iluminação pública.

Entre as questões, “Considera que existe parceria entre Concelhos para apoiar causas de desenvolvimento social?”, e a questão “O Município colabora com alguma associação intermunicipal de desenvolvimento sustentável?”, e na expectativa de compreender, no caso de existirem parcerias, se os municípios colaboram, o valor do coeficiente de Cramer é de 0,390, o que significa uma relação fraca entre as variáveis. Este resultado significa que ainda não existem parcerias, nem colaboração entre concelhos na área do desenvolvimento social e sustentável.

Os resultados sugerem que não há relação entre as variáveis consideradas anteriormente.

#### 4.4 Discussão de Resultados

No nosso inquérito constatou-se que 76,90% da amostra não apresenta o Relatório de Sustentabilidade, no entanto, Lima (2019), no “*O Relatório de Sustentabilidade dos Municípios Portugueses*” concluiu que a maioria dos Municípios fornece anualmente informação de sustentabilidade. Não se conhece a amostra usada neste estudo, no entanto, o nosso estudo não vai de encontro a este autor.

Mais, 155 cidades Portuguesas assinaram o “*Global Covenant of Mayors for Climate and Energy*”, assumindo assim um compromisso para a redução de emissão de CO<sub>2</sub> para o ambiente, conforme o Acordo de Paris. O nosso estudo engloba uma questão sobre a medição de ar. Para que este compromisso possa ser cumprido, terão de existir várias medições do ar em cada concelho.

61,50% dos Municípios não faz qualquer medição do ar. No entanto, ressaltamos que apenas 18 dos Municípios, da amostra, assinaram este pacto.

Relativamente à pobreza e comparando os resultados obtidos no nosso estudo com o estudo efetuado pela UNDP ao nosso país, em 2020, constatou-se que a população que vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de 1 euro por dia, é de 0,4%. No entanto, na nossa amostra, verificamos que quase metade dos Municípios, 44,23% não tem conhecimento sobre esta realidade no concelho e 51,92% considera que é uma percentagem muito baixo de habitantes que vivem com esta realidade. Consideramos esta abstenção bastante preocupante, tendo em conta que os Municípios são quem melhor deveria conhecer as pessoas que escolheram lá habitar.

No ODS relativo ao acesso à água potável e saneamento, as respostas do nosso estudo vão de encontro à estatística da UNDP, quase a totalidade da população tem acesso a água potável e cerca de 85% tem acesso à rede de saneamento.

Oliveira et al. (2020), referem a desigualdade dentro do nosso país, que é um país pequeno e essencialmente rural, podendo colocar em risco vários ODS. O nosso estudo revela que 94,20% da amostra tem trabalhadores com deficiência, 55,80% tem trabalhadores de várias raças e 30,80% das várias etnias, ou seja, no que toca à desigualdade entre pessoas, parece-nos que estamos no bom caminho. Na saúde, todos os concelhos da amostra têm centros de saúde ou hospitais, no entanto, e de encontro a Oliveira et al. (2020), 71,20% não têm acesso às várias especialidades de medicina na rede pública sem sair do concelho, colocando o ODS 3 em risco.

Ainda, Oliveira et al. (2020), refere que o ODS 1 – Erradicar a Pobreza, ODS 2 – Erradicar a Fome, ODS 3 – Saúde de Qualidade, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 - Mudanças climáticas e ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre, são colocados em risco pelo flagelo dos incêndios que todos os anos assolam o nosso país que, de acordo com o autor, não é um assunto tratado com a seriedade necessária pelos governos locais. No ano de 2020, 28 pessoas por cada milhão, ficaram desabrigadas devido a desastres naturais.

Da nossa amostra, 51 Municípios consideram ter medidas para assegurar a proteção dos mais vulneráveis e mais pobres e 1 Município considera não ter. Sendo que, 94,23% dos Municípios tem sempre funcionários preparados para o apoio social e psicológico e património para albergar a população desalojada, temporariamente. 84,6% dos Municípios tem procedimentos aprovados para adotar nestas situações. Ora, parece-nos que os Municípios têm soluções para o problema, mas indo

de encontro ao autor, não existe a prevenção destas catástrofes naturais. Esta salvaguarda que a maioria dos Municípios diz ter, prova, na nossa opinião, que o plano de prevenção de catástrofes naturais ainda é deficitário, e no caso de Portugal, o mais frequente são os incêndios. Este descontrolo efetivamente poderá por em causa o sucesso nos temas Pessoas e Planeta dos ODS.

Speth (2015), Fischer and Riechers (2019) e D'Adamo et al. (2020) entendem que não se pode atingir a sustentabilidade ambiental, social e económica, sem antes mudar o ser humano. Por exemplo, o desperdício alimentar, que é um tema cada vez mais importante, nomeadamente na criação de sistemas alimentares circulares e sustentáveis, existindo várias campanhas e iniciativas mundiais, conforme já referimos, a *Milan Urban Food Policy Pact.*, assim como aplicações gratuitas para smartphones, por exemplo, *Phenix – Juntos, evitamos o desperdício alimentar em Portugal* e *Too Good to Go*. Ainda assim, verificamos que 86,50% dos nossos Municípios nada fazem neste âmbito, o que se revela, na nossa opinião, preocupante.

Em relação às campanhas de desaconselhamento ao uso de plástico, imposta pela UE, 75% dos Municípios já fazem, no entanto, campanhas de reaproveitamento de roupas e brinquedos, apenas 59,60% promove esta iniciativa. Mais uma vez vemos a diferença comportamental entre assuntos que são estimulados, neste caso, um por imposição e outro por afinidade.

Sobre a violência doméstica, 88,50% dos Municípios diz que promove campanhas nesta área. A violência doméstica é um assunto bastante publicitado em vários anúncios que passam na televisão e todos sabemos o poder que a televisão tem na formação de opiniões, tanto é que outro tema da mesma área, ou seja, casamentos prematuros, forçados ou envolvendo crianças, 61,50% dos Municípios desconhece a realidade do concelho e por conseguinte, nada faz nesse aspeto.

Em suma, os dados sugerem que o nosso país está longe de atingir as metas dos ODS, arriscando até referir que muitos Municípios não tenham conhecimento dos ODS, apenas promovem as campanhas e estimulam as políticas que são impostas, tanto pela UE, como pelas Instituições com parecerias com a ONU que promovem eventos relacionados com estas metas.

Ives et. al (2020) referem que não conseguimos mudar e preservar o ambiente, sem antes mudarmos as mentalidades dos seres humanos, não podemos continuar apenas a implementar aquilo que é imposto e que é obrigatório a nível da sustentabilidade. Os Municípios Portugueses são de facto as Instituições com maior facilidade nesta mudança de mentalidades e paradigmas, no sentido de

trazer a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável. No entanto, parece existir alguma falta de conhecimento sobre este assunto por parte dos Municípios.

Tal como Oliveira (2020) e Caldas et al. (2020) referiram, Portugal é um País pequeno, principalmente rural, com uma diversidade considerável em termos geográficos e com Municípios muito diferentes, não sabendo se fará sentido aplicar os ODS de forma igual em todos os Municípios.

## 5 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E CONTINUIDADE DO TRABALHO

O desenvolvimento local sustentável é possível se os recursos naturais e territoriais forem geridos de forma mais eficiente e integrada. Pela literatura consultada verificou-se que, em Portugal, as políticas locais e regionais ainda não foram suficientes para reduzir as desigualdades e a Pegada Ecológica. Esta ideia foi corroborada nos resultados obtidos, nesta investigação, porque embora existam algumas evidências de que certos Municípios já começaram a implementar os ODS, muito ainda necessita de ser feito ao nível municipal neste domínio. Na verdade, o contexto pandémico terá dificultado algumas iniciativas. Contudo, tal como a maioria dos autores (por ex., Hristov & Chirico, 2019), entende-se que a mudança tem de ser imediata, porque se se continuar da mesma forma, será também tarde para o nosso planeta. É urgente promover as mudanças comportamentais necessárias para transpor e implementar com sucesso os ODS nos municípios e deve ser promovida uma discussão sobre como transpor a Agenda 2030 para o nível dos Municípios e identificar quais são as prioridades e os desafios das políticas locais. Em Portugal, é fundamental diligenciar debates de sensibilização que envolvam empresas públicas e privadas e outras organizações para diminuir a pressão sobre os recursos naturais.

Os Municípios são as Instituições com maior facilidade na mudança de mentalidades e paradigmas, no sentido de implementarem a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável. Todavia, há uma dúvida que que continua a persistir, a implementação dos ODS deve ser de igual forma em todos os Municípios, ou deve estar de acordo com as características específicas, ou seja, com a realidade de cada município.

Para terminar importa referir que esta investigação tem limitações, por exemplo, a dimensão da amostra que é extremamente reduzida, à semelhança do que se verificou na pesquisa global efetuada entre 2016 e 2019 pela UCLG aos Municípios de 80 países, onde surgiu o Relatório *Towards the Localization of the ODS*, em que apenas 180 Municípios, do total dos países, responderam. Embora, à primeira vista, se consiga justificar a fraca adesão devido à pandemia e por esse motivo, pode-se

considerar a falta de disponibilidade por parte de alguns Municípios para estas iniciativas. Contudo, não se pode garantir que esta baixa taxa de resposta é consequência da pandemia ou do desinteresse pelo tema da sustentabilidade. Outra limitação que se quer evidenciar, é não se fazer o estudo da evolução da implementação dos ODS ao longo de vários períodos. Para trabalhos futuros será importante, para além de corrigir as limitações referidas, analisar também as razões justificativas da não implementação dos ODS em vários Municípios.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos municípios colaborantes.

### **Contribuições dos autores**

Informe qual a efetiva participação de cada um dos autores do artigo, por exemplo estabeleça as contribuições conforme a lista, não exaustiva, abaixo:

- a) Conceituação; Cláudia Silva
- b) análise formal; Cláudia Silva
- c) metodologia; Clara Viseu
- d) supervisão; Fátima Conde
- e) validação de resultados; Clara Viseu
- f) redação da minuta (1ª versão); Cláudia Silva
- g) redação, revisão e edição. Fátima Conde

### **Declaração de conflito de interesses**

Declaramos que o presente estudo não tem conflito de interesse existentes entre os autores e instituições parceiras.

### **REFERÊNCIAS**

AHVENNIEMI, H., e Huovila, A. (2020). How Do Cities Promote Urban Sustainability And Smartness? An Evaluation Of The City Strategies Of Six Largest Finnish Cities. *Environment, Development And Sustainability*, 23, Pp. 4174-4200.

BONFIGLIOLI, C. P. (2012). Sustentabilidade: uma palavra, várias significações. In: Di FELICE, Massimo; TORRES, Julliana Cutolo e YANAZE, Leandro hey Higuchi. *Redes*

digitais e sustentabilidade: as interações com o meio ambiente na era da informação. pp. 95-128.

- BRUNDTLAND, G. H., e Comum, N. F. (1987). Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations. Disponível Em:  
[Http://Www.Are.Admin.Ch/Imperia/Md/Content/Are/Nachhaltigeentwicklung/Brundtland\\_Bericht.Pdf?PHPSESSID=289695b0936a8b083675eb99](http://Www.Are.Admin.Ch/Imperia/Md/Content/Are/Nachhaltigeentwicklung/Brundtland_Bericht.Pdf?PHPSESSID=289695b0936a8b083675eb99) (Wordpress.Com)
- CALDAS, P., Dollery, B., e Marques, R. C. (2020). Measuring What Matters In Local Government: A Municipality Sustainability Index. *Policy Studies*, Pp. 1-21.
- CALDAS, P., Ferreira, D. C., Dollery, B., e Marques, R. C. (2018). Municipal Sustainability Influence By European Union Investment Programs On The Portuguese Local Government. *Sustainability*, 10, (910), Pp. 1-23.
- CARSON, R. (2002). *Silent Spring*. Disponível em: *Silent Spring - Rachel Carson - Google Livros*
- CONDE, M. D. F. T. (2015). Diseño de índices de divulgación de la información de responsabilidad social empresarial y gobierno corporativo: un análisis en las mayores empresas de la Península Ibérica [Tesis Doctorales, Universidad Extremadura]\*. Repositorio Institucional de la Universidad de Extremadura. <http://hdl.handle.net/10662/2467>
- D'ADAMO, I., Falcone, P. M., Martin, M., E Rosa, P. (2020). A Sustainable Revolution: Let Us Go Sustainable To Get Our Globe Cleaner. *Sustainability*, 12, 4387, Pp. 1-5.
- DEVAS, N., e Delay, S. (2006). Local Democracy And The Challenges Of Decentralising The State: An International Perspective. *Local Government Studies*, 32, (5), Pp. 677-695.
- ELKINGTON, J. (2004). Enter The Triple Bottom Line. *The Triple Bottom Line: Does It All Add Up*, 11(12), 1-16.
- FISCHER, J., e Riechers, M. (2019). A Leverage Points Perspective On Sustainability. *People And Nature*, 1 (1), Pp. 115-120.
- GALLI, A., Iha, K., Pires, S. M., Mancini, M. S., Alves, A., Zokai, G., ... e Wackernagel, M. (2020). Assessing The Ecological Footprint And Biocapacity Of Portuguese Cities: Critical Results For Environmental Awareness And Local Management. *Cities*, 96, 102442, Pp. 1-11.
- GUPTA, J., e Vegelin, C. (2016). Sustainable Development Goals And Inclusive Development. *International Environmental Agreements: Politics, Law And Economics*, 16, (3), Pp. 433-448.
- Hdr2020.Pdf (Undp.Org)

- HORTON, R. (2014). Offline: Why The Sustainable Development Goals Will Fail. *The Lancet*, 383, (9936), P. 2196.
- HRISTOV, I., e Chirico, A. (2019). The Role Of Sustainability Key Performance Indicators (Kpis) In Implementing Sustainable Strategies. *Sustainability*, 11 (20), 5742, Pp. 1-19.
- <https://Cfi.Co/Awards/Europe/2020/Corticeira-Amorim-Best-Raw-Materials-Sustainability-Europe-2020/>, Consultado Em 15/01/2021, Às 09h40
- IVES, C. D., Freeth, R., e Fischer, J. (2020). Inside-Out Sustainability: The Neglect Of Inner Worlds. *Ambio*, 49, (1), Pp. 208-217.
- KARA, Y. (2019). Measuring The Sustainability Of Cities In Turkey With The Analytic Hierarchy Process. *Open Journal Of Social Sciences*, 7 (04), Pp. 322-334.
- LEAL FILHO, W., Brandli, L. L., Lange Salvia, A., Rayman-Bacchus, L., & Platje, J. (2020). COVID-19 and the UN sustainable development goals: threat to solidarity or an opportunity?. *Sustainability*, 12, (5343), pp 1-14.
- LEFREBVRE, H. (2001). *Le Droit à la Ville*. (5th ed.). Centauro.
- LIMA, AM O Relatório De Sustentabilidade Dos Municípios Portugueses. *Occ*, 19 (2), 251-273. 49.Pdf (Occ.Pt)
- LIVING ON EARTH. WINE WATER WATCH. (2015, N.D) Steve Curwood Entrevista Gus Speth Sobre O Movimento Ambiental Tanto Como Um 'Insider' Anterior E Agora Como Um Reformista. Boston. Disponível Em “We Scientists Don’t Know How To Do That”.....What A Commentary! – Wine And Water Watch (Winewaterwatch.Org)
- LOPATTA, K.; Buchholz, F. E Kaspereit, T. (2012), “Asymmetric Information And Corporate Social Responsibility”, Available At Ssrn
- MACKE, J., Sarate, J. A. R., e De Atayde Moschen, S. (2019). Smart Sustainable Cities Evaluation And Sense Of Community. *Journal Of Cleaner Production*, 239,118103, Pp. 1-8.
- MADELEY, J. (2015). Sustainable Development Goals. *Appropriate Technology*, 42, (4), Pp. 32-33.
- MOALLEMI, E. A., Malekpour, S., Hadjidakou, M., Raven, R., Szetey, K., Moghadam, M. M., ... e Bryan, B. A. (2019). Local Agenda 2030 For Sustainable Development. *The Lancet Planetary Health*, 3 (6), Pp. 240-241.
- NAIDOO, R., e Fisher, B. (2020). Sustainable Development Goals: Pandemic Reset. *Nature*. 583, Pp. 198-201. Disponível Em: D41586-020-01999-X.Pdf (Nature.Com)
- NILSSON, M., Griggs, D., e Visbeck, M., (2016). Policy: Map The Interactions Between Sustainable Development Goals. *Nature News*, 534, (7607), pp. 320-322.

- OLIVEIRA, G. M., Vidal, D. G., e Maia, R. L. (2020). Monitoring Portuguese Living Conditions At Local Scale: A Case Study Based On Sustainable Development Indicators. *International Journal Of Sustainable Development & World Ecology*, 27 (2), pp. 140-152.
- PAUZUOLIENE, J., e Mauriciene, I. (2013). Implementation Of Social Responsibility In Public Institutions. *Social Research*, 4 (33), pp. 141-151.
- RAMA, M., González-García, S., Andrade, E., Moreira, M. T., e Feijoo, G. (2020). Assessing The Sustainability Dimension At Local Scale: Case Study Of Spanish Cities. *Ecological Indicators*, 117 (106687), pp. 1-13.
- SODIQ, A., Baloch, A., Khan, S., Sezer, N., Mahmoud, S., Jama, M., e Abdelaal, A. (2019). Towards Modern Sustainable Cities: Review Of Sustainability Principles And Trends. *Journal Of Cleaner Production*, 227, pp. 972-1001.
- STAFFORD-SMITH, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N. ..., O'Connell, D. (2017). Integration: The Key To Implementing The Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 12, (6), pp. 911-919.
- TETREVOVA, L., e Jelinkova, M. (2019). Municipal Social Responsibility Of Statutory Cities In The Czech Republic. *Sustainability*, 11 (2308), pp. 1-19.
- VON CARLOWITZ, H. C. (1732). *Sylvicultura Oeconomica, oder hauswirthliche Nachricht und naturmässige Anweisung zur wilden Baumzucht. (Vol. 1).*(s.d). Johann Friedrich Brauns. Disponível em: *Sylvicultura Oeconomica, oder hauswirthliche Nachricht und naturmässige ... - Hans Carl von Carlowitz - Google Livros*